

As fortalezas de Évora Monte e Vila Viçosa.

Alguns elementos de análise histórica e artística

Francisco Bilou
francisco.bilou@gmail.com

«O duque se Recolheo A fortaleza de milão onde se cuidou defender ataa ser socorrido. mas nam lhe aconteço assi, ca o socorro que esperaua del Rei de castela e do papa foi baldio. El Rei de frança seguindo sua vitoria entrou em milão, E prantada sua artelharia mandou bater o castelo per muitos dias fazendo portaes nos muros E torres. en fim vendosse o duque sem Remedio se deu a el Rei. E assi preso foi loguo mandado a frança onde Juntamente cahio de seu estado, acabou seus dias E seus trabalhos»¹.

Foi deste modo que um anónimo agente português ao serviço do Duque D. Jaime em Roma, entre 1509 a 1517, descreveu ao seu senhor um dos muitos episódios militares ocorrido no contexto das «Guerras de Itália» (1494-1559). Aqui o lembramos porque este relato sobre a tomada de Milão pelo rei francês, Francisco I, sucesso de armas consumado no ano de 1515, ainda que resumido à sua crua factualidade, contém todos os ingredientes que explicam as principais «linhas-de-força» com que nos atrevemos neste texto a analisar as fortalezas novas de Évora Monte e Vila Viçosa. No fundamental, são estas: a Itália como pólo difusor de modelos artísticos e tecnológicos porque permanente teatro de interesses da contenda política e religiosa europeia; a arte da guerra, eternamente dirimida entre «atacantes» e «defensores», concorrendo esse facto para uma aceleração da eficácia militar medida entre o maior grau de destruição das armas de ataque (artilharia sobretudo) e a máxima resistência (e resposta) das estruturas defensivas; as «potências» (Espanha, França, Itália) com as quais

¹ LOPES, Paulo, *Um Agente Português na Roma do Renascimento. Sociedade, Quotidiano e Poder num manuscrito inédito do século XVI*, Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2013, p. 485.

Portugal se comunica preferencialmente no tabuleiro da geoestratégia europeia nos alvares da época Moderna; o aparato bélico estruturado no conhecimento e na inovação como símbolo triunfante do poder das grandes casas senhoriais europeias, de que a de Bragança procura, se não ombrear pelo menos segui-las de perto.

Em nosso juízo tudo isto explica, pois, a «natureza» conjuntural e artística das fortalezas de Évora Monte e Viçosa, decerto mais simbólica que operativa. O estarem ambas posicionadas geograficamente no interior do país – longe, portanto, do *limes* crítico de defesa da costa e da raia –, diz muito dessa retórica bélica de cariz iminentemente simbólico. Diga-se, no entanto, que esta exaltação de poderio militar como imagem de «domínio senhorial», já não se reveste de um sentido neo-cavaleiresco ou neo-feudal, mas sim aquele que Roma Antiga dá à *virtude* e *fortuna* do *princeps* e que tão bem se expressa na leitura «modernizada» que delas faz Nicolau Maquiavel (1469-1527) em *O Príncipe*².

Porque é de influências externas do que se fala quando se tenta explicar a evolução das «fortificações de transição» edificadas em Portugal e nos seus territórios ultramarinos³. Mas também, convenhamos, de aprendizagens próprias e de adaptações às circunstâncias fisiográficas locais. Consequentemente, caminho longo e nem sempre linear onde se empenham muitos e bons mestres de pedraria nacionais e estrangeiros, eles próprios colhendo da experiência feita mais do que da formação técnica e artística recebida externamente, que em boa verdade alguns deles nunca chegam a adquirir, a resposta capaz aos desafios que a evolução da arte castrense lhes vai colocando. São ao mesmo tempo, na polivalência possível de um só magistério, lavrantes, empreiteiros, «arquitetos»,

² Obra fundamental da cultura europeia escrita em 1513 mas só editada em 1532.

³ Tema a que Rafael Moreira tem dado profícuo contributo em obras de referência, próprias ou comissariadas, de que destacamos, entre outras: «A Época Manuelina», *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Publicações Alfa, Lisboa, 1989, pp. 91-142; «O Enquadramento Geo-Estratégico da Arquitectura Militar no Atlântico Norte no Início da Idade Moderna», *Arquitectura Militar - Do Conhecimento Histórico à sua Função Actual*, Instituto Açoriano de Cultura, Angra do Heroísmo, 2005, pp. 25-33; *Arquitectura*, catálogo da XVII Exposição de Arte, Ciência e Cultura do Conselho da Europa, 1983; *A Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa* Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Porto, 1994; «História das Fortificações Portuguesas no Mundo», Publicações Alfa, Lisboa, 1989.

«engenheiros». Fazem obra de pedraria murária, coberturas complexas, assinam obra religiosa e militar com igual desenvoltura de processos, constroem pontes e aquedutos. E inovam, respondendo aos permanentes desafios estruturais e artísticos que as circunstâncias lhe impõem. Muitos conseguem assinalável adaptação à mudança de gosto e, com notória «agilidade» formal, passam a expressar-se pelo ideário renascentista. Outros nem tanto... Assim são, numa primeira fase e em graus diferentes, entre outros, os estrangeiros Boytac, Danzillo e Castilho, e os portugueses Martim Lourenço, Francisco e Diogo de Arruda. São eles que dão corpo à nossa «arquitetura militar de transição» continental e ultramarina, abrindo caminho à moderna fortificação abaluartada de que Miguel de Arruda e na geração imediatamente seguinte será entre nós o mais destacado arquitecto militar.

Sobre o estado evolutivo desta arquitetura em território nacional, veja-se o seu «retrato» em 1509 quando Duarte de Armas representa, com evidente missão «inquiridora», as fortificações da raia portuguesa. As plantas que o escudeiro do rei levanta de Castro Marim, Olivença, Alpalhão, Almeida e Vimioso mostram como em todos estes locais já coexistem adaptações construtivas de acordo com conceitos evolucionados na arte de fortificar. E são estes os seus traços gerais: planta geométrica quase sempre sub-quadrangular, torres angulares de formato circular, bem destacadas dos muros, funcionando já como dispositivo para tiro flanqueado disparado a partir das características «troneiras cruzetadas». Da herança medieval remanesce, em quase todas, a ativa torre de menagem de planta quadrangular, mas que tenderá a desaparecer, porque desajustada aos novos conceitos bélicos, sobretudo porque vulnerável aos letais projéteis da «artilharia grossa».

Uma década depois, Aguz (Souira Kedima) é, entre nós, a primeira fortificação concebida como um dispositivo militar (neste caso «tático» para apoio à vizinha cidade de Safim) desenhado exclusivamente para o uso de *canhoes* com tiro flanqueado. A sua construção é posterior a 1522⁴, dirigida de

⁴ Cf. BARROCA, Mário, «Tempos de Resistência e Inovação: A arquitectura militar portuguesa no reinado de D. Manuel I (1495-1521)», Vol. XXIV, *Portugália*, 2003, pp. 107-108.

perto pelo governador da fortaleza, D. Nuno de Mascarenhas. Malgrado a completa ausência de documentação, esta obra marca uma viragem definitiva no paradigma da arte de fortificar dos mestres portugueses, com a curiosidade de ter sido possivelmente protagonizada, assim acreditamos, por Francisco de Arruda e talvez já com o contributo do jovem Miguel de Arruda, de resto presença compatível com a sua formação laboral, desenvolvida certamente ao lado da família. A fortaleza de Aguz reproduz o *modus operandi* da fortificação militar de transição que se havia generaliza pela Europa assente nesta tipologia-base: planta geométrica, tendencialmente quadrada ou losangular, torres cilíndricas nos ângulos funcionado como bastiões (ou baluartes) artilheiros, panos das muralhas muito robustos, de alçados ligeiramente rebatidos ao interior, coroados por longos e muito rebaixados merlões parabólicos; mediante as condições topográficas, o conjunto fica protegido por profundo fosso envolvente⁵.

Pese embora o estatuto dos nossos mestres, Portugal em matéria de inventiva militar não só reproduz com atraso a vanguarda europeia como o próprio país segue a ritmos diferentes. O *Castelo Novo* de Évora é, desse ponto de vista, um caso exemplar. Com efeito, esta obra, dada de empreitada a Diogo de Arruda em 1518 é uma peça monumental e de «transição», mas anacrónica na utilização de potentes torres angulares de secção quadrada. A «refuncionalização» do espaço como *Celeiro Comum* ainda no reino de D. Sebastião⁶ prova exemplarmente a sua ineficiência militar. Pode bem ser um projeto antigo, acaso de Andrea Sansovino⁷, desenhado mais para contento de uma retórica civilista do que militar. Em todo o caso, já desajustado no tempo e no espaço quando, em 1529, ainda não totalmente concluído, D. Luís da Silveira obteve da Coroa a promessa

⁵ Por exemplo as fortificações de Mondavio (1488-89); Óstia (1483-86); La Mota (1476-83); Coca (1474-96); Salces (1497-1505); Imola (1502-05); Sarzana (1500-07); Sarzanello (1500-07); COBOS GUERRA, Fernando, «Artilería y Fortificación Ibérica de Transición en torno a 1500», *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (1500-1500)*, Edições Colibri, Câmara Municipal de Palmela, 2002.

⁶ *Ibid.*, *id.*.

⁷ Cf. MOREIRA, Rafael, *A Arquitectura do Renascimento no Sul de Portugal. A encomenda Régia entre o Moderno e o Romano*, Dissertação de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2 Vols. 1991; GRILO, Fernando Jorge Artur, *Andrea Sansovino em Portugal no Tempo de D. Manuel*, Dissertação em História da Arte, Faculdade de Letras de Lisboa, 3 Vols. 1991.

da sua alcaidaria⁸. Parece estar para D. Manuel como a fortaleza de Évora Monte está para D. Jaime, com a desvantagem do primeiro nunca o ter utilizado, tal como o sucessor que o manda acabar. Apesar da escala e dos propósitos militares que evoca acabará esquecido, sem brilho nem glória.

Outras obras militares parecem, elas próprias, construídas já fora de época, acaso por assim ditar a exiguidade de meios para as financiar. É o caso da obra do castelo de Terena, com alguma probabilidade da responsabilidade de Diogo de Arruda, dado o cargo que então ocupava e a indiscutível marca de qualidade plástica que deixa nos capitéis da porta de entrada. Com efeito, numa carta dirigida ao rei desde Montemor-o-Novo por João Figueira e datada do dia 25 de Junho de 1527 se pode ler o seguinte:

*«estpreuy a v. a. certas deligencias que fiz por certas cartas suas de que lhe mandey as deligencias asy sobre a ponte de viana como da **obra do castelo de terena** e outras cousas de seu serviço mande me v. a. o que manda que faça por que se pasar o verão para as taes obras os mestres que as querem fazer dizem que aviam ja de ser começadas (...)»⁹.*

Esta «obra do castelo de Terena» é com muita probabilidade a que configura a entrada principal da fortaleza, em obra em 1509 como se sabe por Duarte de Armas¹⁰, libertando-a dos dois cubelos angulares de planta circular e construindo uma nova porta e uma torre de menagem até aí inexistente e onde se assegura pela primeira vez a sua defesa através da instalação das primeiras troneiras cruzetadas para tiro de fogo. Apesar de propriedade da família Silveira, donatários da vila e altos quadros régios, o castelo mantém a herança tardo

⁸ «E tenho mais Del rrey nosso senhor a alcaidaria do Castello que se ora faz em euora que nam estta acabado per aluara de sua alteza (...)»: Arquivo Nacional Torre Tombo (A.N.T.T.), *Casa dos Condes de Sortelha e Senhores de Góis*, Liv. 1, fl. 26v. É doc. de 12-3-1529.

⁹ Arquivo Nacional Torre do Tombo (A.N.T.T.), *Corpo Cronológico*, Parte I, mç. 36, n^o 133. Sublinhado nosso.

¹⁰ Escreve Duarte de Armas junto de um destes dois cubelos: «*estes cobellos erom começados*»: A.N.T.T., *Livro das fortalezas...* (Códices e documentos de proveniência desconhecida), n^o 159. Na representação do castelo a entrada está claramente representada como estando em início de obra.

medieval e a sua torre de menagem adossada à entrada em cotovelo é uma solução «manuelina» só concluída por 1527.

Com o desenvolvimento da pirobalística, o *bombardeiro* passa a ser um ofício intimamente associado à nova tecnologia militar¹¹. Por exemplo, numa carta dirigida ao rei por Jorge de Vasconcelos em 1516 se faz o rol dos bombardeiros (*da nómina*) que servem nas partes de Além, designação genérica das cidades norte-africanas sob domínio português. Contabilizam-se então 74 bombardeiros, assim distribuídos: «*em Arzilla estan xbij (17) pessoas; em tamgere xiij (13) pessoas; em cepta bij (7) pessoas; em azamor xij (12) pessoas; em mazagam b (5) pessoas; em çafim xbj (16); no castelo de santa cruz iiij (4) pessoas*»¹². Aguz não consta, o que prova também a reconfiguração da fortaleza em data posterior, como vimos.

A actualização pelos padrões militares da guerra assente na artilharia leva Portugal a um esforço global, muito visível nas praças ultramarinas. Por exemplo, no último dia do ano de 1516, Pedro Álvares, vedor das obras de Safim, escreve ao rei sobre o bom andamento da torre da Alcáçova desta cidade norte-africana:

«(...) espreuo primeiramente as paredes da torre d'alcaçua seram acabadas per todo ate meado de yaneiro / he levam suas bonbardeiras da banda da porta d'almedina lleva duas bonbardeiras no andar mais baixo e no de çima huma e seu peitorill com suas bamcas e seteiras e da banda do campo no andar de baixo e ruas duas e no de cima tres e seu peitorill e tres goritas -S-huma no meo e duas nos cabos da bamda da porta d'alcaçua no amdar de baixo nom leva bonbardeiras por nom serem necessarias por que o baluarte que se agora faz a garda (sic) he fiça huma cousa muito forte ho capitam esta q(on)tente he o pouo todo / o baluarte começamos agora a derrubar pera se

¹¹ Cf. RUBIM, Nuno José Varela, «O armamento pirobalístico (até finais do séc. XVI - inícios do séc. XVII)», *Pera Guerrejar: armamento medieval no espaço português*, Câmara Municipal de Palmela, 2000, pp. 240-241.

¹² A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, Parte I, mç. 19, n.º 128.

fazer loguo ya temos qall he pedra jumta que sobeja da torre e llogo lhe auemos de fazer sua caua (...)»¹³.

Vindo da empreitada «do baluarte a par de Belém», terminada em 1520, e talvez da de Aguz, aqui possivelmente só após 1523-24, Francisco de Arruda regressa ao Alentejo onde o irmão Diogo acumula os cargos de mestre das obras da comarca e medidor das obras do reino desde 1521. Com alguma probabilidade voltam a trabalhar juntos; mas Francisco, operando mais na sua «especialidade», a arquitetura militar, decerto renova o vínculo antigo à Casa de Bragança e talvez passe à dependência do Duque D. Jaime, seguindo as suas itinerâncias. Diogo segue as do rei e talvez as do bispado de Évora, onde é chamado em 1528 para dar parecer sobre a localização de uma nova capela na Sé para guardar o Sacramento. Pela sua importância damos nota integral do documento:

*«ha vossa alteza aprouve por servjço de deus e do culto deuino prouer esta sua Se d´ornamentos de que tem muia neçesidade e por que ho recebedor da obra nam sabe que cousa he pontifical comprido como vosa alteza diz em seu aluara rreçeo de despende majs dinheiro do que vossa alteza a por bem que se nelles gaste e por tanto veyo rrequerer ao Cabido que escreuese a vossa alteza e lhe apontase quantas peças se contem em hum pontifical conprido que sam Senhor bj (seis) capas pera bj (seis) ceptros e huma outra capa pera o prestes que celebra e pera a mjssa sua casula e duas dalmaticas e frontal tudo de hum theor Senhor também o Cabido faz saber a vossa alteza como ho sacramento esta no tesouro e pella multidam dos clérigos que entram a se vistir pera dizerem mjsas e pessoas que entram pera o adorar as vezes nam podem dexar de fazer tam grande tumulto que parece escamdalo ao pouo pollo que Senhor nam he lugar onesto nem conujnjente pera estar pedimos a Vosa alteza que ho mande pasar na capela de sam Lourenço que esta defronte do tesouro ou em sajindo do tesouro a mão esquerda na testa do cruzeiro que fará major devaçã e desacupara a dicta capela e esto **mesmo pareceo a Diogo d´Arruda com***

¹³ A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte I, mç. 9, nº 111.

quem o praticamos e pera isso fez huma mostra de huma capela que leua pera amostrar a vossa alteza». ¹⁴

Tem sido repetido sem a necessária análise crítica que Francisco de Arruda configura em Portel, pelos anos de 1510, os primeiros bastiões ultra-semi-circulares adossados aos panos da muralha medieval, já munidos de canhoeriras para tiro flanqueando. Ora, o que se sabe com relativa segurança documental é que Arruda conduz como *empreiteiro* obras de beneficiação da fortaleza. A saber: no último piso da torre de menagem, no muro da barreira, na porta principal do castelo (onde ainda faz uma *guarita*) e nos panos da muralha que ao tempo da vistoria continua com «boqueirões» por fechar¹⁵. Nenhuma informação, pois, sobre os ditos bastiões, oito no total, obra demasiado volumosa, dispendiosa e suficientemente «inérita» à época para não ser registada na minuciosa carta de Nuno Velho. O mais provável é que essa obra só se concretize na década de vinte do século XVI, contemporânea, portanto, de igual solução em Évora Monte. Faz mais sentido. Até cremos que seja no contexto da empreitada de Portel que Francisco de Arruda adquire a herdade das Amoreiras, perto da aldeia de São Manços, atravessada precisamente pelo caminho de ligação de Évora a Portel, já constando como sua em 1533¹⁶. E sendo plausível este vínculo laboral de Francisco de Arruda à Casa de Bragança na década de vinte, de resto em duas fortificações ducais e quiçá em obras no velho «paço do Reguengo», tal circunstância pode justificar o estranho «desaparecimento» do mestre pedreiro da documentação régia durante essa década e até 1531, ano em que lhe são entregues os cargos do irmão.

Precisamente em 1531, a 26 de janeiro, em consequência do grande *tremor* que tão graves danos causa no centro e sul do país, a velha torre de menagem do castelo de Évora Monte cai por terra. Coincidência ou não, Diogo de Arruda

¹⁴ A.N.T.T., *Corpo Diplomático*, Parte I, maç. 39, n.º 68. Sublinhado nosso. O autor agradece ao Dr. Manuel Branco a leitura do documento por nós identificado em 2010 e então inédito na bibliografia de Diogo de Arruda.

¹⁵ Cf. VITERBO, Sousa, *Diccionario Historico e Documental de Architectos e Engenheiros Portuguezes ou a serviço de Portugal*, Vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1899, p. 58.

¹⁶ ANTT, *Tombo das Capelas de Évora*, fl. 87v^o.

morre nesse início de ano, facto que importa relevar até para o contrapor à pouco avisada ideia de que os irmãos Arruda edificam sobre as ruínas da torre de menagem a nova torre-paço de D. Jaime. Na verdade só Francisco o pode fazer, substituindo talvez o irmão pelo jovem Miguel de Arruda.

Esta estrutura militar, bem estudada por Paulo Pereira, parece ser «uma plataforma de artilharia», pelo menos ao primeiro olhar. Mas, segundo aquele autor, «o mais certo, porém, é que, com a sua decoração de teor arcaizante e manuelino, não passasse de um edifício sumptuário, palácio de configuração retoricamente militar, peça de paisagem e sinal de poder do Ducado, visível a quilómetros de distância, residência de caça mais do que dispositivo de guerra»¹⁷. Concordando em absoluto com esta reflexão, acrescentamos nós na mesma linha de raciocínio que ela é, na sua essência imagética, um verdadeiro «marco de propriedade» à escala grandiloquente do poderio da casa brigantina; nele a retórica militar é mais um artifício simbólico de domínio senhorial do que de defesa efetiva do vasto território ducal que desde aí se alcança (**Fig. 1**).

E tem, sem dúvida, a assinatura «manuelina» de Francisco de Arruda no programa decorativo interno e externo: num caso imperando os «torsos», os «encordoados», os «enastrados», tão típicos do reinado do *Venturoso*, noutro, o reportório dos *nós* que «cintam» a estrutura, marcando-lhe a altura dos pisos, estes levantados em troncos cilíndricos de diâmetro progressivamente reduzido, numa característica forma «telescópica». Todavia, o desenho geral tem a racionalidade geométrica de um projeto de gabinete, pensado, discutido e com muita probabilidade passado a maquete. Diríamos projeto totalmente «português» mas com influências externas. O que nos leva a por a hipótese de já aqui Miguel de Arruda assumir um dos seus primeiros ensaios arquitetónicos, de resto numa especialidade que ele acabará por dominar. E há uma razão incontornável para lhe entregar tão prematuro protagonismo artístico: não só ele em 1533 surge à frente de um dos mais importantes estaleiros de obras do país – a Batalha – como se sabe (ou se suspeita fortemente) da viagem que faz a Itália

¹⁷ PEREIRA, Paulo, *Évoramonte: A Fortaleza. Monografia* (Catálogo), Instituto Português do Património Cultural, Lisboa, 1989, p. 12.

em 1532 ao serviço do rei e a instância do Duque de Bragança, talvez já D. Teodósio¹⁸. E esta viagem, como já o escrevemos noutra ocasião pode bem ter como propósito uma atualização bem informada sobre o que melhor se faz na arte da fortificação italiana a pensar, justamente, na grande obra com que o quinto Duque de Bragança pensa inaugurar o seu afortunado governo – a nova fortaleza de Vila Viçosa. Analisemo-la agora.

Na discussão cronológica desta obra a historiografia tem hesitado, ora apostando numa data mais precoce (c. 1525), ora numa um pouco mais tardia (c.1535). Porém, um dado histórico parece seguro: em 1537 a fortaleza está concluída e funcional assim justificando a visita que lhe faz D. João III por ocasião do casamento do infante D. Duarte, seu irmão, com Isabel de Bragança, de resto visita saudada com aparatosa salva de artilharia¹⁹. A ser verdade que a empreitada é lançada em 1535, dois anos parece-nos manifestamente pouco tempo para um projeto desta magnitude.

Por outro lado, que o «castelo velho» permanece funcional ainda em 1530 parece comprovar-se por este documento escrito pelo próprio D. Jaime, estando em Vila Viçosa:

*«Amtre minhas mofinas comto eu esqueçerse v. A. da merce que me tinha feita de nom usar de nenhum Rigor contra lopo vaaz de sampayo sem primeiro ho ouvir, pois o mandou trazer preso em ferros das Ilhas e sem ho ouvir **o mandou meter no castelo** que ajmda segundo me dizem lhe nom mandou dar lugar para o ver sua molher, porque eu o dise asy a sua molher e ella me tera agora em comta de maaõ homem (...)*»²⁰.

¹⁸ Que assume a titularidade da Casa de Bragança logo após a morte do pai, ocorrida a 20 de setembro de 1532. Cf. neste livro o que escrevemos sob o título «Miguel de Arruda entre Évora e Estremoz. Novos Documentos (1532-1563)».

¹⁹ «No dia seguinte, que era quinta feira, foy El Rey (D. João III) ouvir Missa à Igreja de Nossa Senhora do Castelo (...). Quiz El Rey ver a Fortaleza, onde o salvarão com toda a artilharia (...): SOUSA, António Caetano, *Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa, desde a sua origem até o presente (...)*, Tomo VI, Officina Sylviana da Academia Real, Lisboa, 1739, pp. 36-37.

²⁰ ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte I, mc. 45, n.º 103. Carta escrita em Vila Viçosa a 16 de agosto de 1530. Sublinhado nosso.

Ou seja: o intervalo de tempo reduz-se substancialmente entre os anos de 1530 a 1537. E como não nos parece credível que D. Jaime I, já passante dos cinquenta anos, ainda tivesse a pretensão de continuar a dar forma a projetos de tão expressiva retórica militar, o mais certo é que a obra da fortaleza de Vila Viçosa marque o início de um outro consulado – o de D. Teodósio I (1532-1563).

Já quanto à autoria da obra as opiniões dividem-se, generosamente. Suspeita John B. Bury que no segundo quartel do séc. XVI Benedetto de Ravena possa ter estado ao serviço de D. Jaime de Bragança, sobrinho do condestável de Castilha, e assim ter desenhado o notável castelo artilheiro de Vila Viçosa, o qual segue de perto, na disposição e dimensões, desenhos feitos por Leonardo da Vinci²¹. Ora, se assim fosse teríamos que «ler» semelhante assinatura nos desenhos dos castelos de Steinvikolm (Noruega) (1522-25) e de Riga (Letónia)²², o que só prova a generalização pela Europa de modelos italianos, não necessariamente idealizados por Leonardo da Vinci, mas decerto veiculados grandemente por tratadistas e construtores deste país.

No caso vertente e como bem nota Túlio Espanca parece ser a Rocca Constaza de Pesaro (Itália) um dos modelos mais óbvios que pode explicar as soluções adotadas em Vila Viçosa²³. E não por Francisco de Holanda desenhá-la esta fortaleza no seu livro das *Antiquilhas* (após 1538), como o faz, de resto, com outras à época bem conhecidas pela sua exemplaridade construtiva (Salces, por exemplo). Nem percebemos como essa itinerância artística por Itália obrigue a ponderar (como querem alguns) uma qualquer relação causal entre o que Holanda observa e regista após 1538 e o que certamente já vê edificado um ano antes e não muito longe da cidade onde residia (Évora). De facto, a Rocca Constaza pode ser modelo de inspiração porque construída muito antes (já

²¹ BURY, John, «A Leonardo Project realized in Portugal», *The Burlington Magazine*, vol. CXXVI, 1984, pp. 499-501.

²² Barroca, *ob. cit.*, pp. 108 e 112.

²³ ESPANCA, Túlio, *Inventário Artístico de Portugal, Distrito de Évora*, Lisboa, 1978, Vol. I, p. 515.

operacional em 1505), ela própria um modelo de inovação tecnológica militar em Itália²⁴.

Como projecto em solo nacional, a nova fortaleza de Vila Viçosa é, com efeito, «uma obra revolucionária ao tempo, pelo partido inovador que revela na planta adoptada e na disposição funcional das dependências e das torres e, bem assim, na sua subordinação à pirobalística»²⁵. De planta ligeiramente losangular (55 m x 50 m), possui dois baluartes cilíndricos situados em dois dos quatro cantos, opostos e desse modo cobrindo cada um deles dois lados da fortaleza (**fig. 2**), remetendo, por isso, para igual solução feita na fortaleza norte africana de Aguz, levantada talvez por Francisco de Arruda uma década antes. A cava, por seu turno, é um acréscimo substantivo ao dispositivo de guerra nunca antes tentado em Portugal nesta escala. Apesar da inovação do conjunto, a verdade é que nada na obra é totalmente estranha à arquitetura portuguesa, particularmente a devida aos Arruda. Somando as inovações estruturais das fortalezas de Safim, Azamor, Aguz, Portel e Évora Monte, o que há de diferente nesta obra é claramente o risco erudito do projecto e a sua flagrante filiação a uma tipologia construtiva vinda de Itália. O que há ainda de diferente neste processo construtivo é, sem dúvida, o ser reprodução integral e sem mácula de uma peça desenhada, transposta do papel à escala real sem concessões, condicionalismo de obra ou reajustes topográficos. Trabalho que Francisco de Arruda pode bem ter dirigido como empreiteiro entre 1533 e 1537 não obstante a obra do Aqueduto de Évora que igualmente supervisiona por esse tempo, também ela com o concurso de Miguel de Arruda²⁶. E isto, sim, é que faz da fortaleza de Évora Monte e sobretudo da de Vila Viçosa uma novidade na arquitetura militar portuguesa. Aliás, em bom rigor, marca, assim pensamos, o arranque decisivo em Portugal da «arquitetura de gabinete» e do arquitecto como oficial exclusivamente executor de projetos. E é bem possível

²⁴ QUINTERO, Francesco, CANALI, Ferruccio, *Architettura del classicismo tra Quattrocento e Cinquecento*, Marche, Gangemi Editore, Rome, 2009, p. 92.

²⁵ Pereira, *ob. cit.*, p. 22.

²⁶ Veja-se o que escrevemos, em: BILOU, Francisco, *A Refundação do Aqueduto da Água da Prata, em Évora (1533-1537)*. Edições Colibri, 2010.

que esse papel assente bem na figura de Miguel de Arruda, se não no risco da obra calipolense pelo menos na sua mediação com Itália.

O tempo dirá, desejavelmente com novo apoio documental, quão pertinente é esta nossa suspeita.

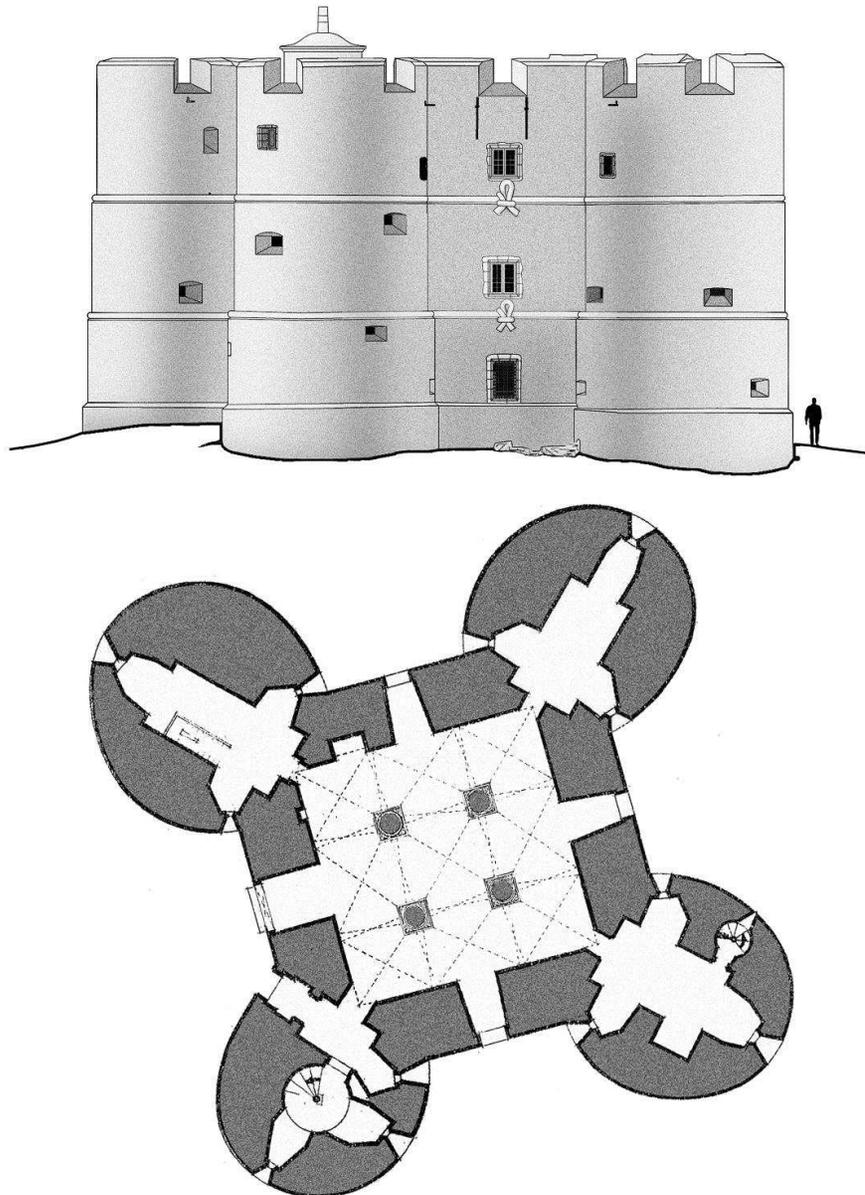


Fig.1 - Fortaleza de Évora Monte (1531-1533?). Planta e alçado. Desenhos do autor adaptados da DGMEN.

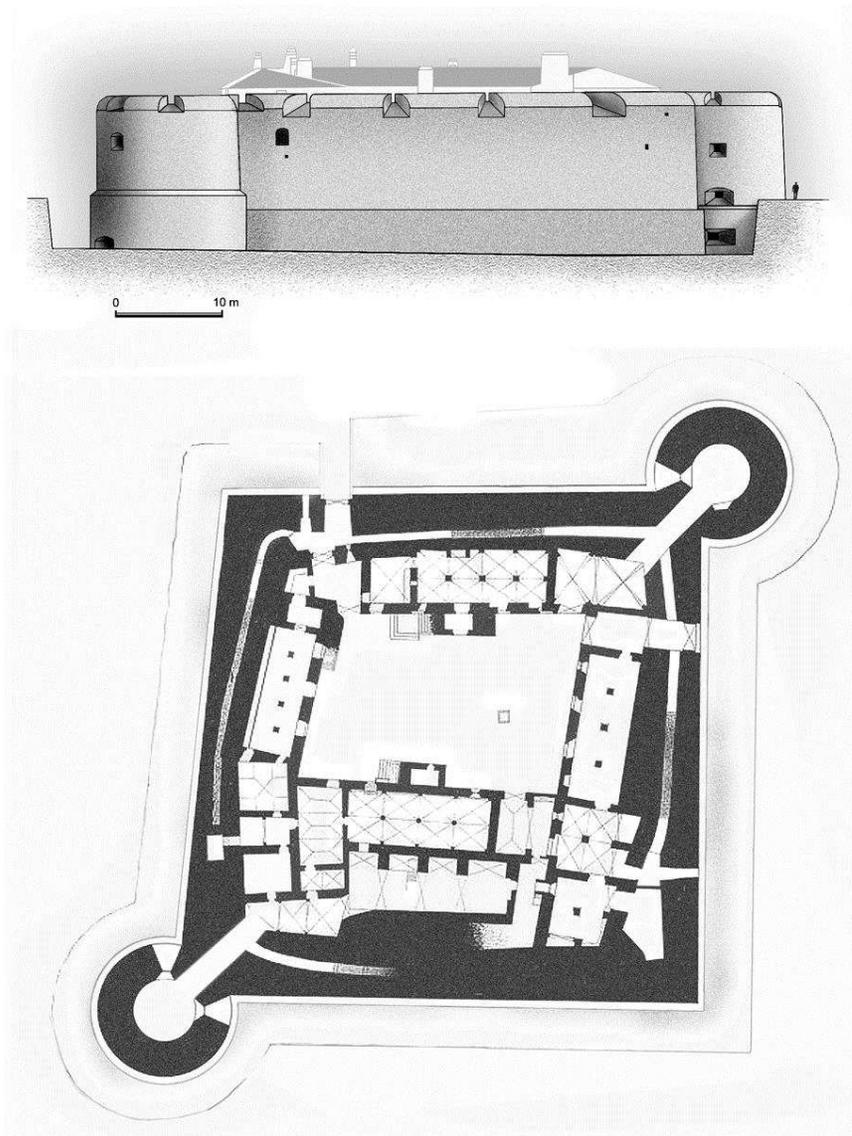


Fig. 2 - Fortaleza de Vila Viçosa (1533-1537?). Planta e alçado. Desenhos do autor adaptados da DGMEN.